

VMDL<sup>1</sup>

## breves considerações sobre rolezinho, narrativas de classe, redes e a cidade

Louise Scoz Pasteur de Faria

Doutoranda em Antropologia Social – Bolsa CNPq

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Moisés Kopper

Doutorando em Antropologia Social – Bolsa CNPq

Universidade Federal do Rio Grande do Sul



<sup>1</sup> VMDL é a abreviação do termo “rolezeiro” “VaMO DaLe”, operado em circunstâncias de rolé, que evoca o entusiasmo, a excitação e as expectativas depositadas sobre seus eventos e festas.

Domingo, 23 de março de 2014. Um evento criado no site de rede social Facebook anunciava, para essa data, o Rolezinho no Shopping Praia de Belas<sup>2</sup>. Localizado entre a região central e sul da cidade de Porto Alegre, é ponto de convergência do constante fluxo de veículos que partem de ambas zonas urbanas e transeuntes que circulam na pista da Usina do Gasômetro, desenhada ao longo de parte do Rio Guaíba, e no Parque Marinha do Brasil que compreende uma área de pouco mais de 70 hectares ao lado do empreendimento. A expectativa era grande. A página indicava cerca de 1,2 mil presenças confirmadas desde o dia 16 de março, quando a proposta havia sido lançada, que se concentrariam nas dependências do shopping a partir da uma hora da tarde sem hora para acabar.

Além do evidente interesse por parte de empresários ligados ao setor, o episódio atraiu a atenção de agentes da mídia e acadêmicos. Ao contrário da imagem massiva que o número de presença confirmadas suscitava, pequenos grupos pulverizados chegavam continuamente ao longo do dia e circulavam animadamente dentro e fora do empreendimento em um exercício de ver e ser visto, tanto que por certos momentos parecia haver mais seguranças do que rolezeiros<sup>3</sup> *curtindo* no shopping.

Uma cena em particular chamou nossa atenção. Um grupo de cinco garotas se reúnem na área de convivência do pavimento térreo, circundada por escadas rolantes, bancos e plantas decorativas, vistas até do último andar. Com câmeras fotográficas e celulares, conversam sobre a fotografia que seria tirada naquele momento. Entre risadas e brincadeiras, logo partem para debaixo da escada rolante cuja face é espelhada tal como as laterais. Elas enxergam seu reflexo e começam a arrumar sua imagem no espelho para produzir a melhor foto possível. Poses feitas, a imagem é capturada.

Não somente as garotas e o shopping estariam amalgamados na composição. A imagem não servia apenas para elas verem a si próprias e para os outros as verem, mas como registro de que aquelas paredes e espelhos também as viram. Observamos cenas semelhantes em diferentes incursões de campo,

---

<sup>2</sup> <https://www.facebook.com/events/1398139017123890/?fref=ts>, Acesso em 26 de março de 2014.

<sup>3</sup> Termo pelo qual se passou a referir as pessoas que frequentam os rolés.

conduzidas em eventos publicizados na cidade de Porto Alegre em 2014. Pequenos grupos que se cruzam aqui e ali, se reorganizam em aglomerações maiores, num circuito que transcende a arquitetura planejada dos *shopping centers*.

A temática do rolezinho adquiriu surpreendente ressonância, provocando efeitos em discussões envolvendo setores especializados, leigos e intelectuais. A maneira como parece ecoar muito se assemelha ao jogo de espelhos daquelas cinco garotas: de que modo as imagens produzidas por esses campos colidem, cooperam ou nem ao menos dialogam para produzir esse amplo e, por muitas vezes, escorregadio debate que toca em questões político-econômicas, tecnológicas e teórico conceituais fundamentais do Brasil contemporâneo. Sobretudo, parece questionar nossa própria habilidade de enxergar e refletir. Sobre o que estamos realmente falando quando falamos de rolezinho?

A ótica pela qual sugerimos perceber o fenômeno resiste a quaisquer separações radicais entre eventos e repercussões. A partir da antropologia urbana nosso “objeto” adquire inteligibilidade em uma dupla dimensão que nos faz repensar a cidade a partir de novas dinâmicas que conectam a materialidade do digital à concretude dos lugares, assim como os especialistas e seus projetos de conhecimento à sociedade brasileira na conformação das paisagens urbanas nacionais.

Interessam-nos, nesse exercício reflexivo inicial, os modos pelos quais o rolezinho se converteu tanto em problema como em artigo valioso que merece atenção de diferentes modalidades especializadas e acadêmicas nas disputas por seu legado político, econômico e social. Na emergência de um fenômeno cujas fronteiras não estão sedimentadas eclodem diversas apropriações acionadas em disputas pelo seu entendimento. O que a aproximação de certos campos intelectuais pode indicar a respeito do que está em jogo na construção dessa população-alvo e que relações de poder estão implicadas na difusa noção de “inclusão social” pelo acesso a bens e espaços de consumo?

Desde os primeiros estudos sobre os processos de ocupação de *shopping centers* enquanto espaços de prática de lazer e consumo na contemporaneidade, diversos esforços foram empreendidos na tentativa de compreendê-los a partir das trajetórias múltiplas de seus frequentadores e suas dinâmicas de circulação

(Frugoli Jr, 2008; 2011). Tais predileções metodológicas estavam afinadas com a apropriação das teorias de classe oriundas do contexto sociológico francês (Bourdieu, 2008) e a proposição de modelos analíticos ainda emergentes, que teriam seu apogeu no trabalho de Gilberto Velho no Museu Nacional e José Cantor Magnani na USP com conceitos como “estilos de vida”, “manchas”, “pedaços”.

O rápido processo de deterioração dos usos de espaços tidos como públicos e o deslocamento de práticas de sociabilidade de camadas médias e altas para esses empreendimentos na década de 1980 pautou parte desse debate. Como logo ficou claro, esses locais não eram isentos de processos de massificação. Converteram-se em palcos de dramatização de questões cruciais como nos lembra Frugoli Jr (2008: 234-240) com relação às manifestações de grupos homossexuais e negros na década de 2000.

Nos dias de hoje, os *shopping centers* se colocam como cenário dos rolezinhos. A grande mídia parece situar sua origem em um evento no início de dezembro de 2013, quando milhares de jovens mobilizados através da rede social Facebook se reuniram para ouvir funk ostentação<sup>4</sup> no estacionamento do Shopping Metrô Itaquera, em São Paulo.

Esse evento disjuntivo converteu a categoria em baluarte definatório de uma série de outros acontecimentos em diferentes *shoppings centers* de São Paulo e de outras capitais brasileiras, caracterizados por pequenas aglomerações de jovens oriundos de periferias. Alguns deles, possuidores de milhares de seguidores nessas plataformas digitais, faziam desses encontros uma oportunidade de contato com seus fãs, distribuição de autógrafos e entrega de presentes.

Isso produziu um debate acadêmico sobre os efeitos da inserção desses jovens em redes de consumo construindo dois pólos de tensão: de um lado a ocupação de *shopping centers* como resistência política à exclusão crônica que assolaria populações tradicionalmente à margem do consumo - e, supõe-se, da cidadania. De outro, o processo de reificação do fascínio pelas marcas e de seu

---

<sup>4</sup> O funk ostentação é um estilo musical que, diferentemente do funk carioca, não fala sobre crime ou drogas, mas sobre mulheres, dinheiro, marcas e bens de consumo. Sem discos lançados, os MCs adquiriram fama com cliques publicados no site YouTube.

poder simbólico.

Essa compreensão parte de alguns pressupostos tácitos. Em primeiro lugar, a ideia de que esses espaços se converteram em dispositivos agregadores de processos culturais, permitindo a coexistência de distintos estilos de vida que transcendem o escopo definitório de seus gestores. Isso implica o reordenamento do valor da noção de “público”, modelo que requer um constante *tornar evidente* o consumo como recurso de acesso a essa experiência. Com isso, a própria cidade do ponto de vista de fluxos imobiliários, subjetivos e expressivos tem por efeito acentuar a edificação de muros e empreendimentos privados (Caldeira, 2000) e o recrudescimento da vigilância, higienização, gentrificação e normatização desses espaços (Leite, 2001).

Se invertêssemos a figura imóvel do shopping center, tão definida nessas análises, seríamos tentados a observar o material não mais na concretude física dos objetos, mas no espaço imaginado onde essas relações tomam forma. No caso dos rolezinhos, fica nítido que tal dimensão inclui necessariamente a esfera do virtual digital, muitas vezes mal descrita como malha disforme que resiste à concretude física (Miller, 2013), que alerta para modos de construção socio-técnica da cidade.

Parece-nos que a potência da temática do rolezinho em sua dimensão epistêmica está em congregar uma série de elementos distintos que lhe dão corpo, alguns compreensíveis em contraste com um contexto histórico mais amplo dos fluxos urbanos e outros mais recentes, como os discursos relativos à “nova classe média” brasileira e ao crescimento do mercado consumidor interno, expansão do acesso à tecnologia e às redes telemáticas e a emergência de estéticas locais que animam esses agentes em suas vidas cotidianas, como é o caso do “funk ostentação”. Muitas das insuficiências explicativas sobre os efeitos dos rolezinhos, como a sensação de que somos incapazes de entendê-lo por meio de nossas estruturas de pensamento, parece decorrer do modo como categorias prévias operam no campo de debates, sugerindo passagens sutis entre retóricas e *expertises* fragmentadas.

Em poucas palavras, falar sobre rolezinhos significa produzir justificações para questões políticas e intelectuais mais amplas: sobre o que é o Brasil, o que acontece com sua desigualdade e suas pessoas, problemas que

tocam em projetos de conhecimento no Brasil *sobre* o Brasil. E, no trato etnográfico desses rastros, o antropólogo é convidado a dirigir sua atenção para o não dito refletido nessas operações de transubstanciação ideológica.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. 2008. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

CALDEIRA, Teresa P. R.. 2000. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. 2008. “Sociabilidade e consumo nos shoppings centers de São Paulo: eventos e desafios recentes”. In: M.L. Bueno; L.O.L. Camargo (orgs.). *Cultura e Consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Editora Senac.

\_\_\_\_\_. 2011. “Esboços de uma trajetória: cidade, pesquisa, universidade”. *Iluminuras*, 12(28): 18-40.

LEITE, Rogerio Proença. 2001. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

MILLER, Daniel. 2013. “The Digital and the Human: A prospectus for Digital Anthropology”. In: H. Horst e D. Miller (orgs.). *Digital Anthropology*. Berg: New York.

Louise Scoz Pasteur de Faria

Doutoranda em Antropologia Social – Bolsa CNPq

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Currículo Lattes

Moisés Kopper

Doutorando em Antropologia Social – Bolsa CNPq

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Currículo Lattes